

A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito**

No dia 6 de Maio de 1998 ocorreu um pequeno sismo na cidade da Covilhã. No dia seguinte, o jornal *Público* trazia a seguinte breve:

Um sismo de intensidade três na escala de Mercalli foi ontem registado, pelas 5h19, na Covilhã, sem que tenha causado danos pessoais ou materiais, informou o Instituto de Meteorologia. O abalo teve o epicentro 52 quilómetros a norte de Castelo Branco, próximo da Covilhã, e foi registado na rede sismográfica do Instituto de Meteorologia.

Tratando-se de um acontecimento menor, sem danos, o texto é sucinto e o relato do sismo não vai além do *lead* jornalístico. Com esta breve, presume-se, o leitor do *Público* ficou a saber tudo o que podia interessar-lhe sobre o assunto. Se não tiver sabido da notícia por outras fontes, a breve ter-lhe-á dado uma informação em primeira mão, fazendo nascer em si o pequeno acontecimento da véspera. Sem a mediação abstracta de um jornal de grande circulação, é de presumir que o sismo não tivesse chegado ao seu conhecimento.

Pelas 9.40 da manhã de 1 de Novembro de 1755 um grande terramoto, seguido de um maremoto e de um enorme incêndio que viria a durar vários dias, abalou e destruiu parcialmente a cidade de Lisboa, matando e ferindo muitos milhares de pessoas. Cinco dias depois, o semanário *Gazeta de*

* Doutorando na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do programa Praxis XXI.

** Este artigo resulta de uma comunicação apresentada no Seminário de Mestrado em História e Teoria das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, feita a convite de João Luís Lisboa, a quem agradeço.

Lisboa, única publicação periódica portuguesa em circulação na altura, noticiava:

O dia 1.º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares. [*Gazeta de Lisboa* (GL), n.º 45, 1755].

Só a referência ao carácter «memorável a todos os séculos» dos sismos e incêndios nos permite deduzir estarmos diante de um acontecimento da maior importância. A enorme ruína de Lisboa também é referida, mas aparece na frase noticiosa de forma subordinada e vaga — «grande parte desta cidade». Quanto ao mais, a *Gazeta* cala-se sobre tudo o que o leitor actual poderia considerar essencial relatar relativamente às circunstâncias e aos efeitos precisos do grande terramoto: nenhum pormenor sobre as partes da cidade e os edifícios que ficaram destruídos, onde e quando foram sentidos os sismos, quando e como se iniciaram os incêndios, quantas vítimas houve, quantas réplicas, o que aconteceu ao rei e à família real, como reagiram os Lisboaetas, que medidas urgentes de resposta à calamidade foram tomadas nos dias seguintes. O que a notícia acaba por sublinhar com maior grau de precisão e actualidade é mesmo o facto de entre as ruínas se irem encontrando os bens preciosos da Coroa e dos particulares.

O confronto entre estas duas notícias permite-nos calcular uma distância e, com um movimento brusco, coloca-nos de imediato diante da paisagem informativa que aqui me interessa descrever. Ao leitor de hoje impressionará a brevidade da segunda notícia, mais pequena do que a breve actual do *Público*. Um acontecimento brutal, uma catástrofe maior da história de Portugal e da sua capital, com repercussões de todo o género na vida do reino, e ecos distantes e prolongados em toda a Europa de então, merece cinco linhas no jornal da Corte. Já no minúsculo sismo da Covilhã, com recurso à tecnologia mais recente, são-nos dadas sucintas informações com um grande grau de pormenor: a hora precisa do sismo, o grau de intensidade segundo uma convenção de medição universal, a exacta localização do epicentro. De facto, não é apenas a dimensão destes dois acontecimentos sísmicos que é incomparável: é a mediação informativa — forma e conteúdo das notícias — feita num e noutra caso que é de natureza radicalmente distinta. Na comparação, o quase silêncio noticioso da *Gazeta* ressalta de forma surpreendente. É um silêncio que fala muito alto e que merece ser interpretado. Este artigo pretende ir nessa direcção, procurando responder à pergunta mais geral que se esconde por trás desse silêncio: no Antigo Regime, o que era um jornal?

Uma primeira hipótese de resposta virá da constatação do carácter restrito da circulação da *Gazeta de Lisboa* de então, quando comparada com a dos jornais na era da comunicação de massas: em meados do século XVIII a tiragem

do periódico andava pelos 1500 exemplares¹. A *Gazeta* devia chegar a várias regiões, dentro e fora do reino, mas era presumivelmente lida sobretudo em Lisboa, meio urbano macrocéfalo de um território largamente rural e analfabeto. Ela não informava o grande público. E numa época em que a informação adquirida através de textos era menos importante do que aquilo que se via e do que aquilo que se transmitia oralmente pode começar-se por dizer que na capital do reino ninguém soube do grande tremor de terra pelo jornal. O terramoto de 1755 não é notícia. O grande acontecimento passa praticamente implícito na *Gazeta*: vivido por todos, ele é previamente conhecido, não assume estatuto de novidade quando passa ao periódico. É no interior do acontecimento que, aí sim, podemos encontrar factos particulares dignos de registo, como a sorte dos cofres da fazenda real.

Na semana seguinte, a 13 de Novembro, a *Gazeta* continuava na mesma linha, escrevendo:

Entre os horrorosos efeitos do terremoto, que se sentiu nesta cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada do Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino e se anda arrumando; e muitos edifícios tiveram a mesma infelicidade. [*GL*, n.º 46, 1755]

Lacónico sobre os efeitos do terramoto em Lisboa, o periódico foi incluindo neste mesmo número descrições bastante mais pormenorizadas sobre o impacto do sismo em Córdova, Cádiz e Sevilha. Das oito páginas da edição, cerca de seis foram preenchidas com informação sobre o sismo na Andaluzia, enquanto Lisboa merecia apenas as cinco linhas citadas. A relevância de informar sobre os efeitos do terramoto em cidades do reino vizinho, fazendo a mediação noticiosa entre regiões relativamente distantes, parece confirmar o carácter não abstracto das notícias da *Gazeta*. Trata-se de um noticiário localizado, mas inversamente: um pouco às avessas de um periódico de âmbito local que só trouxesse informação sobre a sua região, a *Gazeta* reproduz a informação distante e omite as notícias próximas.

Nos números seguintes, no final de 1755 e nos primeiros meses de 1756, os relatos sobre o abalo vêm do Algarve (cerca de três páginas), de Castelo de Vide (duas páginas), de Guimarães, de Alenquer (em dois números seguidos), de Linhares, de Mafra, da Ericeira. Até Agosto de 1756 continuarão a surgir na *Gazeta* referências aos efeitos do terramoto à distância — por

¹ Este é o número que consta do «Mapa da despesa que se fazia anualmente com a impressão da *Gazeta* e suplemento; como também os lucros que destes exemplares se percebiam sendo administrador José Roiz Roles desde o ano de 1740 até 1748», Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (BPADE), CXXVIII/2-16, fls. 58-58a.

exemplo, em Mazagão — e diferidos no tempo, com notícias publicadas largos meses depois do dia da catástrofe. Todas elas são de maior circunstância do que a informação sobre o que ia acontecendo em Lisboa, que apenas pontualmente reaparece. Três meses depois do sismo é dada a informação de que a Corte continuava a residir em Belém e de que «várias providências» estavam a ser tomadas para reedificar a cidade de Lisboa e remediar a situação dos seus habitantes. Esta notícia foi retomada praticamente sem desenvolvimentos em Abril de 1756, adiantando-se apenas que as principais ruas da cidade começavam a ficar desimpedidas de ruínas.

Nestes breves relatos, o que se evidencia é o que não é noticiado — uma espécie de grande texto que vai ficando implícito, aquilo a que pode chamar-se a margem de não escrito da *Gazeta de Lisboa*. Para a tentar percorrer e descrever, a explicação pelo carácter não abstracto das notícias, tanto mais valiosas e procuradas quanto vindas do exterior, parece-me um bom ponto de partida. Ela remete para uma paisagem de comunicação de tipo diferente da contemporânea. Mas, por si só, essa explicação parece-me insuficiente, demasiado genérica. Não foi apenas pelo facto de o sismo ter assumido maiores proporções no local onde o periódico era feito que as notícias saíram tão poucas e tão curtas. Nos nossos dias, se um sismo daquela intensidade se verificasse em Lisboa, os seus habitantes também não tomariam dele conhecimento pelos jornais, rádio ou televisão, e nem por isso deixariam de recorrer avidamente aos meios de comunicação para se informarem, para voltarem a olhar para o grande acontecimento. Guardadas as distâncias, não foi muito diferente em 1755: o terramoto de Lisboa deu azo a uma importante literatura em vários registos, não apenas explicativa ou polémica, também descritiva e informativa. Esses textos, manuscritos ou impressos, começaram a circular bastante depressa em Portugal e na Europa. Na própria *Gazeta* isso torna-se visível: de entre os regulares anúncios de livros e folhetos para venda que ela publicava, na sua maioria de obras portuguesas acabadas de imprimir, o primeiro título que se refere directamente ao sismo de Lisboa sai ainda em 1755². Ao longo do ano seguinte são anunciados doze novos títulos que fazem alusão directa ou indirecta à catástrofe, número que representa mais de um terço das obras anunciadas no periódico nesse ano³. Em síntese, aquilo a que chamei atrás silêncio noticioso da *Gazeta* contrasta com o muito que se disse e escreveu na época sobre os acontecimentos do terrível dia 1 de Novembro de 1755 em Lisboa.

Em boa verdade, porém, a importante quantidade de notícias relativamente extensas que a *Gazeta* foi publicando em 1755 e 1756 sobre o que

² Trata-se da obra *Parenésis*, um folheto de Francisco de Pina e Melo anunciado na *Gazeta*, n.º 48, de 1755.

³ Numa contabilidade feita a partir dos títulos das obras pude identificar, para 1756, 12 anúncios de pequenos livros e folhetos tendo por objecto o 1.º de Novembro de 1755 ou os terremotos em geral. Ao longo desse ano a *Gazeta* anunciou 33 títulos de novas obras impressas.

aconteceu noutras localidades mostra como o terramoto esteve presente nas páginas do periódico. A afirmação que comecei por fazer, de que não foi dada informação sobre a resposta dada à calamidade, não é totalmente verdadeira, embora seja preciso procurá-la numa curta e vaga notícia dada três meses depois. Isto obriga-nos a corrigir um pouco o sentido das comparações iniciais, sem anular a estranheza que resulta delas: a *Gazeta* acompanha o sismo de uma forma muito indirecta e aparentemente paradoxal para uma publicação noticiosa periódica. Situada no centro do sismo⁴, ela quase não produz noticiário directo sobre Lisboa e, quando o faz, é extremamente lacónica. Passemos então a procurar respostas directamente no periódico, tentando perceber melhor a sua estrutura e concepção.

1. ENTRE O LIVRO E O FOLHETO

O primeiro ciclo de existência da *Gazeta de Lisboa*, que se inicia em 1715 e termina em 1760, foi recentemente abordado em teses académicas de uma forma relativamente aprofundada⁵, permitindo uma ultrapassagem das referências escassas e superficiais que ele foi merecendo na historiografia e filologia portuguesas ao longo deste século. Do trabalho sobre aquela publicação periódica ressaltam um perfil e uma quantidade de pistas de investigação que permitem, de forma fecunda, alinhar o que hoje sabemos sobre a *Gazeta* com os vários trabalhos que, nomeadamente em França, Inglaterra e Estados Unidos, se têm produzido de há vinte anos para cá sobre as publicações periódicas no Antigo Regime⁶. É, portanto, ao aprofundamento de um trabalho de tipo com-

⁴ É bastante provável que a própria oficina em que a *Gazeta* era impressa tenha sido arrasada pelo terramoto. Segundo o que pode inferir-se dos anúncios publicados no periódico, ela transferira-se nesse ano para a Rua Nova dos Ferros, situada no coração da baixa da cidade, a zona mais afectada pelo sismo. A *Gazeta* continuou a ser publicada, embora provavelmente com perturbações. Para as últimas oito semanas de 1755 só são conhecidos quatro números. Neles publicam-se sucessivos avisos informando os leitores da continuação da publicação regular da *Gazeta* e das novas localizações dos seus pontos de venda.

⁵ V. André Belo, *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, tese de mestrado em Ciências Sociais apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997; mais recentemente, João Luís Lisboa, *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*, tese de doutoramento apresentada no Instituto Universitário Europeu, Florença, 1998.

⁶ Seguem-se aqui sobretudo os trabalhos sobre jornalismo de Antigo Regime feitos em França, nomeadamente na Universidade de Lyon II, cujo Centro de Estudos sobre o Século XVIII publicou vários volumes sobre a imprensa periódica no século XVIII. Sobre as gazetas europeias e francesas, v. Henri Durantou, Claude Labrosse e Pierre Réat (eds.), *Les gazettes Européennes de langue française (xvii^e-xviii^e siècles)*, Table Ronde Internationale Saint-Étienne, 21-23 mai 1992, Saint-Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1993;

parativo que o estudo sobre um objecto como a *Gazeta de Lisboa* convida. Tanto mais que ela era feita à imagem de outras gazetas europeias, sendo semelhante a elas no aspecto, na concepção, na periodicidade. Tanto mais ainda quanto as várias gazetas europeias se alimentavam entre si de informações, sendo traduzidas de país para país e formando uma rede interdependente de notícias impressas de conteúdo maioritariamente internacional.

A análise pode começar pelo próprio objecto tipográfico. A *Gazeta de Lisboa* encontra-se num ponto de transição entre o livro impresso e o jornal, -se considerarmos estes nos seus formatos clássicos — o primeiro iniciando-se no século xv com a invenção da imprensa, o segundo nascendo no século xix com a entrada desta técnica na sua era industrial. Este é um traço característico da generalidade das gazetas europeias ao longo do século xvii e ainda boa parte do xviii, e também de outro tipo de publicações periódicas, como os mercúrios ou os jornais literários.

A composição e impressão da *Gazeta* era semelhante à dos livros, feita com os mesmos materiais e nas mesmas oficinas tipográficas. Ela saía todas as semanas, em dia certo, sob a forma de um folheto, com um número de páginas que começou por ser de 4 e aumentou progressivamente até às 12 e com um formato *in quarto* (19,5 × 14 cm); ao mesmo tempo, era concebida tendo em vista um possível reagrupamento em volumes anuais. Existia uma continuidade explícita entre os vários números da *Gazeta*, atestada pela numeração de página em sequência de edição para edição. Era no próprio acto de impressão semanal do periódico que se antecipava o volume anual, permitindo a prazo o encadeamento dos folhetos e a sua eventual encadernação. Ao fim de um ano de publicação de *gazetas* podiam ler-se e guardar-se num livro todos os números que ao longo de cerca de 52 semanas tinham sido publicados. São estes livros com gazetas — de mais fácil preservação do que os exemplares soltos — que, no essencial, sobreviveram até aos nossos dias, constituindo os fundos disponíveis nas bibliotecas portuguesas.

Coexistiam, assim, ritmos diferentes na vida da publicação periódica. A eles correspondiam formas distintas, complementares ou alternadas, de a vender e de a ler. Uma ilustração exemplar deste fenómeno é-nos dada por Salvador José Mañer, que, no início da publicação do seu *Estado Político de la Europa* (Madrid, 1740), escreveu: «Nosotros publicaremos un pliego cada semana, a fin de que se pueda leer la obra al paso que se vaya imprimiendo de manera que al fin de tres meses se puedan leer como los libros⁷.» No caso da *Gazeta de Lisboa*, a leitura era feita sob a forma avulsa do folheto sema-

V., por último, as comunicações apresentadas num colóquio internacional realizado em Lyon em Junho de 1997: Henri Durantou e Pierre Rétat (eds.), *Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime*, Centre d'Études du xviii^e siècle, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1999.

nal e/ou sob a forma de colecção encadernada anual. Estes ritmos diferenciados iam, inclusivamente, mais além da aquisição semanal ou anual. Os vestígios disponíveis mostram que as colecções de gazetas foram sendo compradas como qualquer outro livro, sem que aparentemente a passagem do tempo as desactualizasse. Em 1752, por exemplo, a colecção completa da *Gazeta* desde 1715, em 46 tomos, era vendida pelo livreiro lisboeta Manuel da Conceição⁸. Dispomos de outro indício que vai no mesmo sentido: várias das colecções anuais que se preservam da *Gazeta de Lisboa* foram guarnecidas com folhas de rosto impressas numa época mais tardia do que os números do periódico que constam dessas colecções⁹. Sem excluirmos completamente a hipótese de terem existido reimpressões de números atrasados, podemos ver aqui um indício de encadernações feitas *a posteriori* para satisfazer eventuais pedidos de clientes interessados em completarem para trás a sua colecção. Os impressores e editores da *Gazeta*, que foram vários entre 1715 e 1760, terão procurado escoar números mais antigos ao mesmo tempo que vendiam os que iam saindo.

Na forma de livro, a *Gazeta* recebia um título diferente da forma folheto. Quando elas existem, com efeito, as folhas de rosto dos volumes encadernados trazem o título de *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, e especialmente da Europa...*¹⁰. É sob este mesmo título e como um livro de formato *in quarto* que a *Gazeta* é incluída entre as obras de José Freire de

⁷ Cit. por A. L. de Zuazo Algar, «La prensa periódica», in Hipólito Escolar (dir.), *Historia Ilustrada del Libro Español*, Madrid, Ed. Pirámide, 1994, p. 378.

⁸ *Catálogo dos livros que se vendem em casa de Manuel da Conceição mercador de livros e morador na rua direita do Loureto*. Este catálogo impresso está inserido no volume de 1752-1753 da grande colecção de folhetos intitulada *Provas e Supplemento á Historia Annual Chronologica, e politica do mundo e principalmente da Europa; nas quaes se faz memoria mais exacta dos nascimentos, despozorios, e falecimentos das pessoas mais consideraveis pela sua qualidade, ou empregos; encontros, sitios de praças, e batalhas terrestres, e navaes, tratados de alianças, tregoaes e paz; com acções Militares, Civis, e sucessos mais dignos da attenção, e curiosidade, que comprehende desde o anno de 1619 até o de 1780*. As *Provas...* conservam-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), S. P. 2596-2634 e o volume em que se encontra este catálogo tem o n.º 2619.

⁹ Refiro-me aqui à série quase completa da *Gazeta* que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota J. 2510 M (entre os números em falta estão precisamente alguns imediatamente posteriores ao terramoto; o volume completo de 1755 pode ser visto no arquivo da Academia das Ciências de Lisboa). Nesta série, o volume relativo a 1717, quando a *Gazeta* era impressa por Pascoal da Silva, tem uma folha de rosto impressa na oficina de Luís José Correia de Lemos, que foi o impressor a partir de finais de 1741.

¹⁰ O título completo era: *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, e especialmente da Europa onde se faz memoria dos nascimentos, despozorios, e morte de todos os Emperadores, Reys, Principes, e pessoas consideraveis pela sua qualidade, ou empregos; encontros, sitios de Praças, e Batalhas terrestres, e navaes; vistas, e jornadas de Principes, Tratados de Aliança, Tregoa e Paz, com todas as mais acçoens militares, & civis, negociaçoens politicas, & sucessos mais dignos da attenção, & curiosidade*.

Montarroio Mascarenhas, o redactor da publicação, pelo bibliógrafo Barbosa Machado no 2.º volume da sua *Bibliotheca Lusitana*, publicado em 1747. No «Index das matérias» da mesma compilação (4.º vol., 1759), a colecção das gazetas é classificada na categoria da «História secular». Esta «História», escreve Barbosa Machado, «chega a 32 partes [em 1747], e cada uma sai em seu ano, a qual consta das Gazetas de Lisboa»¹¹. De facto, a colecção anual da *Gazeta* apresenta-se ao leitor como uma obra de carácter histórico. Como o longo título explicita, nela se fazia memória das pessoas ilustres, das batalhas, da diplomacia, dos acontecimentos mais dignos de atenção ao longo das semanas. Ao redigir o periódico, José Freire de Montarroio —um académico e um ávido leitor, coleccionador e escritor de grande quantidade de obras de história e genealogia¹²— estava a contribuir para a escrita da história do seu tempo. A conjugação entre o facto de o periódico tender para se transformar num livro e o facto de esse livro incluir notícias históricas explica também que José Freire Montarroio fosse conhecido como o «autor da *Gazeta*», e não como jornalista, termo ausente do vocabulário português da época¹³.

Mas o título de *Historia annual...*, ao mesmo tempo que explicita o carácter híbrido da *Gazeta*, envia-nos directamente para a caracterização sumária do seu conteúdo. Do carácter histórico das notícias da *Gazeta* decorre, com efeito, uma quantidade de consequências importantes sobre a forma de nela se organizar e escrever a informação.

2. A HISTÓRIA E O PRESENTE

Desde 1715, quando um privilégio de impressão deu origem à publicação da *Gazeta*, o trabalho de tradução e redacção de notícias esteve a cargo de José Freire de Montarroio Mascarenhas. Na sua própria definição, a *Gazeta* era es-

¹¹ Diogo Barbosa Machado, «José Freire de Montarroio Mascarenhas», *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Chronologica...*, «Ophir, Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses», Lisboa, ed. em CD-ROM da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, vol. 2 [1747], p. 854.

¹² Veja-se uma lista das inúmeras obras que Montarroio escreveu e traduziu em Inocêncio Francisco da Silva, «José Freire de Montarroio Mascarenhas», *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. IV, 1860, pp. 343-353.

¹³ A palavra «journaliste» nasce em França na segunda metade do século XVII. Ela aparece associada, com conotação pejorativa, aos autores de periódicos literários. O *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1720), do P.º Rafael Bluteau, não refere a palavra «jornalista», nem «jornal», com a acepção que aqui nos interessa. O autor da *Gazeta* é também chamado na época de «gazeteiro» ou «gazateiro».

crita de acordo com um «método não só Histórico, mas Cronológico e Geográfico»¹⁴. As primeiras notícias publicadas em cada número da *Gazeta* eram as mais antigas, em geral provenientes das partes da Europa e do mundo mais distantes de Portugal. Desenrolando-se ao longo do número, divididas por regiões ou reinos e, no interior de cada uma destas rubricas, separadas apenas por parágrafos, as notícias vinham-se aproximando do tempo mais recente e da Península Ibérica¹⁵. A maioria delas apresentavam, consoante a proximidade maior ou menor da origem da informação, uma data de um a dois meses anterior à data de publicação da *Gazeta*. Só a última parte de cada número tinha a data do dia em que o periódico saía, sendo dedicada às notícias de Portugal e da Corte. Esta secção, que, por razões de actualidade, era também a última a entrar em composição, permaneceu sempre relativamente minoritária na economia textual da *Gazeta*. Uma vez mais, isto não a distingue de publicações como a *Gazette* francesa ou a *Gaceta de Madrid*. De facto, o discurso noticioso sobre o reino, em publicações periódicas que aparecem em regime de privilégio, é alvo de uma atenção muito particular. A consciência do poder dos textos impressos como difusores de notícias, a necessidade que o poder tem de controlar a sua proliferação, motivam o forte condicionamento a que são sujeitas as gazetas «oficiais». Voltarei a esta questão um pouco mais à frente.

Para já, sublinho que uma das consequências importantes do método histórico utilizado por Montarroi é que a ordem do discurso da *Gazeta* remete a actualidade das notícias sobre o reino para o final de cada número e dá-lhe uma dimensão residual. A mais recente actualidade é um ponto de chegada de cada número e não um ponto de partida. As notícias sobre o terramoto de 1755 em Lisboa aparecem, assim, no seu lugar próprio: a última página da *Gazeta*.

Colocada perante a actualidade, diante de acontecimentos que sucediam num tempo presente ou num passado muito próximo, a *Gazeta* publicava deles uma selecção cronologicamente ordenada. O resultado, no entanto, não era propriamente uma obra histórica acabada, mas um repositório de informação, uma espécie de arquivo de materiais que podiam posteriormente servir de fonte a outros trabalhos históricos¹⁶. Isto acontecia porque o carac-

¹⁴ Assim é caracterizada a redacção da *Gazeta* na petição que Montarroi fez ao Paço para obter o privilégio de impressão do periódico, que lhe foi concedido em 1752 (cf. a transcrição da decisão régia, publicada na *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, 1752).

¹⁵ Dois exemplos diferentes desta ordenação, escolhidos ao acaso: Turquia, Íngria, Polónia, Suécia, Dinamarca, Alemanha, Espanha, Portugal (*GL*, n.º 3, 1725); Holanda, Grã-Bretanha, França, Portugal (*GL*, n.º 18, 1759).

¹⁶ Deste ponto de vista, a *Gazeta* inicia em 1715 um registo de informação que se torna útil para os historiadores do seu tempo e que passa a ser tido em conta. Ele pode ir sendo completado no presente e acrescentado para um tempo anterior à existência de gazetas. Segundo Barbosa Machado, por exemplo, Alexandre Caetano Gomes escreveu uma (manuscrita) *Colecção dos sucessos da guerra e paz do presente século até o tempo que teve princípio neste Reino o uso das Gazetas* (Diogo Barbosa Machado, *Ob. cit.*, vol. 4 [1759], p. 8).

ter demasiado recente das notícias tendia a fazer desvalorizar a solidez e a veracidade da sua informação. Desde o século XVII que os redactores de gazetas tinham disto consciência. Théophraste Renaudot, o famoso historiador e redactor da *Gazette* que começou a ser publicada em Paris em 1631, escreveu:

L'histoire est le récit des choses advenues; la gazette seulement le bruit qui en court. La première est tenue de dire toujours la vérité. La seconde fait assez si elle empêche de mentir et elle ne ment pas mesme quand elle rapporte quelque nouvelle fausse qui lui a été donnée pour véritable¹⁷.

Esta tensão entre o carácter histórico que as notícias deviam ter e os constrangimentos provocados pela periodicidade da publicação é um dos aspectos mais interessantes do discurso noticioso das gazetas. Em 1716, no nº 40 da *Gazeta de Lisboa* desse ano, é publicado um aviso que mostra bem o conflito:

O desejar dar-se aos curiosos das notícias públicas uma relação individual e exacta da batalha de Hungria tem feito retardá-la por ser raras vezes seguro o partir com os primeiros brados dos sucessos. Agora se fica imprimindo para se publicar na semana que vem, com todas as circunstâncias, que se poderão colher de um grande número de papéis manuscritos e impressos que vieram de várias cortes.

O método de Montarroiio aparece aqui de forma clara: era necessário proceder à triagem de informação que ia chegando, uma vez que os primeiros ecos dos acontecimentos não eram considerados credíveis — eram o barulho que vem da história de que falava Renaudot. Era necessário submeter as notícias a exame, procurar resolver eventuais contradições entre as fontes, eliminar as notícias que o passar do tempo e o confronto de testemunhos revelavam ser vagas, pouco fundadas. Estas eram, segundo uma expressão utilizada pelos jornalistas-historiadores da época, «notícias apócrifas». A consequência imediata deste trabalho de crítica era fazer retardar a actualidade das notícias.

O exame prévio das notícias, com a distinção entre boa e má informação, baseava-se numa hierarquização pelo redactor da *Gazeta* das fontes e canais pelas quais elas chegavam. Alguns critérios de credibilização das notícias parecem dominantes: o canal que transmite a informação, com a fonte escrita

¹⁷ Prefácio à *Relation des nouvelles du monde*, Março de 1632, cit. por Claude Labrosse e Pierre Rétat, «Le texte de la gazette», in Henri Duranton, Claude Labrosse e Pierre Rétat (eds.), *Les gazettes Européennes de langue française...*, cit., pp. 139-140.

bem identificada a sobrepor-se geralmente à oralidade; o crédito maior ou menor atribuído aos correspondentes que enviavam notícias por carta, e a certas gazetas em detrimento de outras; a qualidade maior ou menor da pessoa ou instituição que transmitia a informação ao redactor; a proximidade relativa do acontecimento do transmissor da notícia ou do próprio redactor¹⁸. Na base desta hierarquia ficavam os «primeiros brados dos sucessos», o rumor e o murmúrio sem autor identificado e, abaixo de tudo, a voz do povo, veículo por excelência da informação vaga e instável.

Nas descrições sobre o terramoto temos também exemplos desta atribuição de credibilidade desigual às notícias consoante as fontes: para a região de Guimarães, a fonte da notícia é uma testemunha ocular não nomeada, mas que é apresentada como «um Fidalgo dos bem conhecidos desta Província» (*GL*, n.º 2 de 1756). A descrição dos estragos produzidos nalgumas igrejas da região é acompanhada da confirmação *in loco* por uma testemunha que a posição social contribui para qualificar — «o que depois viu ser verdade o mesmo Fidalgo». Inversamente, o mau presságio de um fenómeno celeste que os camponeses de Linhares diziam ter visto na noite anterior ao terramoto é trazido à luz pelo redactor, mas prontamente posto em dúvida: «porém como é asseveração de pessoas rústicas fica a fé deste sucesso ao arbítrio dos que o ouvirem» (*GL*, n.º 8 de 1756, de 26 de Fevereiro).

Uma das funções essenciais da *Gazeta*, anterior à de difundir informação, era assim digerir e domesticar as notícias de maneira a retirar delas apenas o que se revelava mais sólido e digno de ser levado à estampa. Era evidentemente impossível controlar totalmente a veracidade das informações publicadas cada semana, pelo que com frequência o periódico se tornava lugar de publicação de desmentidos e erratas. Estas tentativas para ir repondo uma verdade, para ir compensando o carácter precário que a periodicidade dava às notícias, não anulam o essencial: no discurso das gazetas, no fundo, o que se inscreve é uma relação problemática com o tempo. Falta sempre um pouco de duração à informação publicada¹⁹. Por isso, não é exagerado falar em «horror da actualidade» no tratamento que a *Gazeta* faz da informação.

¹⁸ Os critérios aqui enumerados, como é evidente, não têm fronteiras estanques entre si e a sua hierarquização relativa não é linear. Para uma discussão mais completa desta questão, incluindo a necessária distinção entre o estatuto dos manuscritos e dos impressos, v. João Luís Lisboa, *ob. cit.*, esp. pp. 460-468.

¹⁹ Cf. Claude Labrosse e Pierre Rétaf, «Le texte de la gazette», *cit.*, p. 140.

A este propósito, veja-se o que Voltaire diz sobre as gazetas na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert: «Quoiqu'elles [les gazettes] soient souvent remplies de fausses nouvelles, elles peuvent cependant fournir de bons matériaux pour l'Histoire; parce que d'ordinaire les erreurs d'une gazette sont rectifiées par les suivantes, & qu'on y trouve presque toutes les pièces autentiques que les souverains mêmes y font insérer» (Diderot e D'Alembert, *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, par une Société de Gens de Lettres, Estugarda, Bad Connstatt, Fr. Fromman Verlag-G. Holzboog, vol. 7, 1995 [ed. fac-similada da 1.ª ed. de 1751-1780], p. 534.

O inesperado, enquanto irrupção de uma desordem no ritmo regular dos acontecimentos, é afastado dela ou retardado até poder ser confirmado e inserido num sentido histórico familiar. A *Gazeta* tinha a pretensão de ir esfriando os eventos, de lhes ir retirando a sua carga de novidade actual. Os acontecimentos do presente deviam ir sendo transformados em passado à medida que sucediam e a *Gazeta* era um laboratório onde se fazia essa mediação, onde uma distância relativamente ao que acontecia ia sendo criada²⁰. O recurso às fontes escritas, com um eventual confronto entre várias, constituía uma maneira de o fazer. Assim, certas notícias escritas de fora, desde que abonadas por fontes fidedignas, cabiam melhor no periódico do que outras, porventura demasiado próximas.

A forma de escrever as notícias denuncia também esta repulsa pelo imediato, pelo acontecimento dado demasiado a quente. Para dar outro exemplo: quando, em 1743, os acontecimentos militares na Europa — vivia-se a guerra da sucessão da Áustria — justificaram a redacção, no primeiro número do ano, duma síntese do estado militar e diplomático da Europa, ela foi intitulada por Montarroio de «Introdução às *futuras notícias* do presente ano»²¹. Uma introdução deste tipo — um dos raros momentos em que o redactor assume uma função editorial explícita — tinha como função esconjurar o carácter imprevisível e acidental do que sucedia e imediatamente integrar essas notícias numa sequência com um sentido histórico. A informação que vinha de trás devia amparar as notícias que no futuro viessem a acontecer. A continuidade explícita entre os vários números do periódico, fazendo encadear as notícias entre si de uma semana para a outra e dando forma progressiva a um anuário noticioso, percebe-se melhor à luz desta ideia: os periódicos de Antigo Regime não cultivam o gosto da informação imediata e precíval²². A continuidade do discurso noticioso, com um respeito estrito pelos canais tradicionais donde a informação vinha, sobrepunha-se à sua actualidade. A periodicidade adquire assim um sentido diferente do que conhecemos hoje: periódica nesta altura é uma publicação que difunde notícias regularmente no tempo presente, mas fá-lo de forma repetitiva, instaurando

²⁰ Isto mesmo afirma Hans-Jürgen Lüsebrink sobre o tratamento noticioso feito ao terramoto de Lisboa nos periódicos de língua francesa: a sua dimensão trágica e traumática é reduzida, limitando-se o discurso das gazetas a um relato factual do sismo e das suas repercussões políticas e diplomáticas (cf. «Le tremblement de terre de Lisbonne dans les périodiques français et allemands du xviii^e siècle», in Henri Duranton e Pierre Rétat (eds.), *Gazettes et information politique...*, cit., p. 308).

²¹ *GL*, 1743, n.º 1 (itálico meu).

²² Cf. Jean Sgard, «La multiplication des périodiques», in Roger Chartier e Henri-Jean Martin (dirs.), *Histoire de l'édition française*, II, *Le livre triomphant, 1660-1830*, Paris, Fayard-Cercle de la Librairie, 1990 [1984], p. 246.

uma duração e uma continuidade na leitura. Eis o que tem outra consequência interessante e aparentemente paradoxal num periódico: como nas gazetas conviviam vários níveis de temporalidade das notícias, era possível que uma mesma informação fosse veiculada duas vezes desde que a sua fonte fosse distinta. Quando, no início de 1725, um conflito diplomático motivou a retirada abrupta da Corte de Lisboa do abade de Livry, embaixador francês, a *Gazette* francesa publicou, na secção das notícias de Paris, uma primeira notícia sobre o assunto; duas semanas depois, a mesma informação aparecia na secção de notícias vindas de Lisboa, sem que a primeira notícia tivesse o efeito de desactualizar a segunda²³. A redacção das notícias não se afastava deste modelo, em que a coerência interna dos relatos por razões de actualidade era menos importante do que a ordem de um fluxo noticioso continuado no tempo.

3. NOTÍCIAS DO MUNDO E NOTÍCIAS DO REINO

A *Gazeta* inseria-se numa rede internacional, também ela periódica, de circulação de notícias, bem estabelecida na Europa desde o século xvii²⁴. Ao longo do século xviii esta rede, apoiada no desenvolvimento dos correios, estabilizou e cresceu. Quando, em 1715, as gazetas reapareceram em Portugal, vieram inserir-se nestes canais regulares de troca e mediação de informação que privilegiavam as «notícias do mundo», os acontecimentos internacionais. A dependência do noticiário das cortes estrangeiras e a emulação do estilo discursivo praticado pelas «gazetas do Norte» era definidora da *Gazeta de Lisboa* desde o acto que lhe deu nascença: o alvará régio de Maio de 1715 que concedeu ao impressor lisboeta António Correia de Lemos o privilégio da *Gazeta* aludia à impressão e comercialização de «todas as notícias, gazetas e mais papéis que de fora vierem impressos que ele [...] mandar traduzir das línguas estrangeiras na Portuguesa»²⁵. Eram essas as principais fontes utilizadas por Montarroi. Da sua tradução e compilação nasciam as rubricas regulares da *Gazeta*, por ordem cronológica e geográfica. Significativamente, nenhuma referência era feita no privilégio à redacção original de notícias sobre Portugal.

Mas, desde o início, a *Gazeta* apresentou pequenas notícias domésticas, bastante breves. Essas notícias eram comunicadas ao redactor directamente

²³ Notícias publicadas na *Gazette*, n.ºs 7 e 9 de 1725, respectivamente.

²⁴ As gazetas impressas terão surgido como título e género noticioso específico primeiro na Alemanha (c. 1600), depois na Holanda (1618), Inglaterra (1622), França (1631), Espanha e Portugal (1641), Polónia (1661) e Rússia (1702), [cf. Jeremy D. Popkin, «L'histoire de la presse ancienne: bilan et perspectives», in Henri Duranton, Claude Labrosse e Pierre Réat (eds.), *ob. cit.*, p. 300].

²⁵ ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 43, fl. 219 v.º

em Lisboa ou a partir de outras localidades onde ele mantinha uma rede de correspondentes. Esse espaço noticioso teve tendência a crescer ao longo deste período, mas a publicação, avessa às novidades bruscas, manteve sempre o modelo original. O relativo pormenor com que se davam notícias sobre as movimentações diplomáticas e militares de outras regiões europeias contrastava bastante com a destilada informação que geralmente era dada sobre o reino onde a gazeta era feita. O inverso também era verdadeiro: o pouco que foi publicado na *Gazeta* portuguesa sobre o terramoto de Lisboa de 1755 contrasta com o espaço e atenção que as gazetas estrangeiras deram ao assunto. O *Courrier d'Avignon* e a *Gazette de Cologne*, por exemplo, publicaram cada um mais de 50 artigos sobre o sismo de Lisboa e as suas consequências entre 22 de Novembro de 1755 e Setembro de 1756²⁶.

O espaço ocupado pelas notícias internacionais nas gazetas convida a uma nova inversão de categorias quando se procura compreender o discurso noticioso deste tipo de publicações: para além de históricos, era corrente designar as gazetas como periódicos «políticos»; mas a palavra servia para designar apenas o domínio dos acontecimentos internacionais e das relações entre as potências europeias²⁷. A política doméstica estava, por definição, ausente das gazetas que existiam em regime de privilégio. Relativamente ao reino, publicavam-se sobretudo pequenas e regulares notícias sobre o bem-estar e os lazeres do rei e da rainha, os casamentos da aristocracia ou as cerimónias rituais da Corte, da Igreja ou das academias. Um estudo mais intensivo do teor noticioso da *Gazeta* na sua secção dedicada à Corte poderá encontrar matizes e evoluções no tratamento que dá aos objectos noticiosos. Mas há um quadro geral em que esse tratamento se opera e que é possível delimitar aqui.

Sigo uma definição proposta por Habermas na sua reflexão sobre o espaço público. Pode dizer-se que as gazetas dos séculos XVII e XVIII continham relatos que constituíam «uma espécie de transplantação da representação» que emanava da Corte, limitando-se no essencial as suas notícias a fazer-se eco da solenidade desses gestos e cerimónias²⁸. Ao reproduzirem um ambiente e uma hierarquia palacianos, as gazetas tinham para as cortes europeias o valor político de prolongarem a ordem ritual da monarquia, com as suas precedências e hierarquias, oferecendo-se aos leitores com um discurso noticioso muito condicionado, onde não havia nomeadamente lugar para a explicitação dos conflitos e da opinião. Na *Gazeta* narravam-se eventos de uma forma que tendia a reproduzir e fazer reconhecer um estado tradicional das coisas. Ela era um palco da ordem que a monarquia exibia através da

²⁶ Cf. Hans-Jürgen Lüsebrink, art. cit., p. 305.

²⁷ Cf. Pierre Rétat, «Politique et administration», in Henri Duranton e Pierre Rétat (eds.), *Gazettes et information politique...*, cit., p. 270.

²⁸ Jürgen Habermas, *L'espace public* [trad. francesa de *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, 1962], Paris, Payot, 1986, p. 32.

representação de si, uma espécie de teatro onde desfilavam figuras com direito a dignidade e precedência na hierarquia social. O horror à actualidade e ao acontecimento disruptores era assim, muito naturalmente, complementado com um horror à desestruturação da ordem social tal como ela vinha plasmada no elenco e na hierarquia noticiosas. Temos demonstrações disso mesmo nas fontes sobre a *Gazeta* portuguesa: a correspondência do seu redactor que se conserva em Évora mostra que as notícias do periódico eram alvo de sanção política da parte do monarca, que desejava resumir a informação dada sobre a aristocracia à esfera da fidalguia da Corte. Na década de 40 do século XVIII, o rei começa a enviar ordens expressas ao redactor para não publicar notícias sobre casamentos e baptismos de fidalgos da província e a partir de 1745 chega aviso a Montarroyo para não publicar nenhuma notícia sobre o Paço que não fosse de lá comunicada²⁹.

Que à *Gazeta* não convinha todo o tipo de objectos noticiosos, é algo que resulta evidente da leitura de qualquer número do periódico. O longo título da colecção anual também o revela: a qualidade das pessoas envolvidas e a dignidade do objecto noticioso são constitutivas destes relatos, que resultam de um trabalho permanente de selecção da informação disponível. O facto de se tratar da única *Gazeta* impressa da Corte, existente em regime de privilégio, ostentando o brasão real e, evidentemente, sujeita à censura semanal, condiciona muito o seu espectro noticioso. A informação emblemática da *Gazeta*, aquela que mais convinha à sua concepção da notícia e que ela publicava regularmente, era a ausência de novidades na saúde do rei. A 30 de Outubro de 1755 a *Gazeta* noticiava:

A Corte continua a sua assistência no Real sítio de Belém, logrando saúde perfeita, e Suas Majestades, e Altezas vêm algumas vezes a esta cidade [de Lisboa], para se divertirem com a representação das óperas.

Dois dias depois dava-se o desastre de Lisboa. O local em que as óperas eram representadas, a grandiosa Ópera do Tejo, ficava reduzido a escombros. E só no número de 8 de Janeiro de 1756 a *Gazeta* voltava a falar da Corte, registando:

A Corte continua no Real sítio de Belém, onde SS. Majestades Fidelíssimas e SS. Altezas logram perfeita saúde. Tem-se dado várias providências para o remédio dos habitantes desta cidade [de Lisboa], e se cuida na sua reedificação.

Metade da notícia é igual à anterior. Eis o horizonte de continuidade noticiosa da *Gazeta* que nem o sismo vem perturbar. Política pela sua manifesta

²⁹ BPADE, cviii/1-4, fl. 7 (carta de 25-2-1741) e fl. 174-174 v.º (carta de 14-3-1745), respectivamente.

ausência de política, sensível pela sua insensibilidade à informação abundante e desordenada, na *Gazeta* conta tanto o que se diz, e a forma como se diz, como aquilo que se não diz. Dizer isto não implica desvalorizar a informação publicada na *Gazeta*: sendo tão escasso o noticiário sobre o reino, mais visível se tornava qualquer novidade introduzida no registo tradicional.

Neste momento é preciso sublinhar que os leitores do periódico e o seu próprio redactor tinham clara consciência da insuficiência informativa da publicação. A *Gazeta* correspondia a um género noticioso bem identificado. Ela era impressa e tinha o exclusivo de uma informação de tipo histórico. A longa subsistência deste regime de privilégio teve como consequência o retardar do aparecimento de uma informação plenamente política³⁰. Mas isto não significa que não tenham proliferado, em torno da *Gazeta* impressa, canais alternativos e complementares de informação. Não apenas, para quem podia, a leitura directa dos periódicos estrangeiros de que a *Gazeta* se servia para o grosso das suas notícias, mas também a alimentação de redes mais ou menos privadas de informação, assentes na oralidade ou na circulação de textos manuscritos.

Um desses canais, veículo e sede de selecção de informação para a *Gazeta*, era a correspondência. Meio ágil e rápido de obtenção de notícias, a carta é o local onde se emite opinião e se obtém informação adicional sobre as notícias em vias de publicação. A leitura das cartas de Montarroio a Rodrigo Xavier Pereira de Faria, seu correspondente de Santarém, é muito instrutiva a este respeito. Nelas, reduto do privado e da informação confidencial, o redactor revela-se um ávido interessado em variado tipo de informação, sobretudo histórica, mas também política, sobre a Corte ou sobre os boatos que corriam em Lisboa. Essas eram as notícias que não chegavam à *Gazeta*. As que chegavam vinham pelos mesmos canais, mas eram adequadas ao suporte impresso e à dignidade da *Gazeta* da Corte. As principais notícias publicadas sobre o terramoto, vindas de fora de Lisboa e publicadas com meses de atraso em relação ao sismo, resultam desta maneira habitual de proceder. Inserido numa rede em que a informação circulava em abundância, o redactor esperou pela constituição de relatos credíveis feitos por correspondentes de confiança nas várias zonas que sentiram o sismo, recebeu-os, procedeu à sua selecção e transcrição e inseriu no periódico as notícias à medida do espaço deixado disponível pelo noticiário internacional. O que saiu para o público foi decerto uma ínfima parte das notícias sobre o sismo acumuladas por Montarroio, ínfima parte que, de resto, não podia existir sem a enorme margem de não escrito que deixava atrás³¹.

³⁰ É o que diz Jean Sgard sobre a *Gazette* francesa, mas a ideia é também válida para Portugal e para a Espanha (cf. «La multiplication des périodiques», cit., p. 247).

³¹ Embora o seu interesse fosse descrever a formação do espaço público contemporâneo, as breves páginas de Habermas sobre os periódicos do género da *Gazeta* descrevem com muito rigor a sua dependência da correspondência e da informação manuscrita (*ob. cit.*, pp. 31-32).

Outro elemento essencial desta rede, em estreita ligação também com a correspondência, eram os periódicos manuscritos. Não por acaso, alguns dos principais informadores da *Gazeta* eram — como talvez o próprio Montarroi — também autores de periódicos do mesmo género, com a diferença essencial de serem reproduzidos à mão³². Também esses folhetos eram vendidos, existiam na forma noticiosa e histórica e, tal como a *Gazeta*, tendiam a ser armazenados em volumes anuais. Eles nasceram em estreita relação com o periódico impresso, cuja posição de exclusividade derivava do regime de privilégio que detinha. Existindo na retaguarda noticiosa do impresso, o manuscrito vinha preencher os espaços em branco que ele deixava, colmatando a sua lentidão e insuficiência noticiosa em especial sobre o reino. De facto, entre as razões invocadas pelo P.^o Luís Montez Matoso para a criação em 1740 da série de periódicos manuscritos intitulada *Anno noticioso e historico* estava a publicação neles das «notícias não só de fora antecipadas à *Gazeta*, mas também [...] as do Reino, principalmente as que particulares não se costumam estampar»³³. A comparação entre as notícias destes periódicos manuscritos e as da *Gazeta* permite constatar que os primeiros tinham um maior caudal noticioso sobre Portugal do que a segunda. Eles tinham um leque informativo mais alargado, incluindo nomeadamente numerosos relatos de violências, de crimes e desacatos feitos um pouco por todo o reino, essas alterações à ordem que tanto repugnavam à *Gazeta*. Seria interessante ver o tratamento noticioso que neles se fez do terramoto de 1755, mas, aparentemente, não se conservam exemplares até esse ano.

4. CONCLUSÃO: O ACONTECIMENTO MONSTRO

O ensaio de resposta à questão inicialmente colocada em torno das notícias sobre o terramoto de 1755 está dado. Ele foi feito através de uma longa circunferência englobando interrogações mais gerais sobre a concepção que presidia à redacção de um periódico na época. Evidentemente, não se tratou aqui de saber toda a verdade sobre as breves notícias do terramoto de Lisboa e as razões particulares que levaram a que tenham sido escritas aquelas

³² A principal série conhecida destes periódicos é a que foi redigida pelo P.^o Luís Montez Matoso e por Rodrigo Xavier Pereira de Faria. O seu título foi variando (*Folheto de Lisboa*, *Mercúrio de Lisboa*, *Mercúrio Histórico de Lisboa*) e os volumes anuais tiveram, a partir de 1740, o nome de *Anno Noticioso e Historico*. Outro dos títulos conhecidos para este período chama-se, significativamente, *Adições à Gazeta*. Sobre este assunto, v. João Luís Lisboa, *ob. cit.*, pp. 377-406, em que os periódicos manuscritos são vistos como estando integrados em «redes de conversação».

³³ Cit. por Joaquim Veríssimo Serrão em *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. III, *Séc. XVIII*, Lisboa, Verbo, 1974, p. 298

notícias e não outras. Ainda assim, a parcimónia informativa da *Gazeta* ganha mais sentido quando se compreende a sua forma de conceber as notícias, a sua dificuldade em relacionar-se com a actualidade, a importância da informação internacional assente em canais tradicionais, a ausência de uma informação propriamente política sobre o reino.

O interesse em percorrer o espaço informativo em torno da *Gazeta* a pretexto do terramoto reside nisto: ela era, para retomar uma expressão empregue pelo seu redactor, um «teatro estreito». Tendo consciência disto, aspecto que aqui não foi mencionado, os proprietários da *Gazeta* tentaram em dado momento fazer do periódico uma publicação mais rápida e com mais informação, numa palavra, mais actual. Entre 1742 e 1752, com efeito, a publicação embarateceu, a sua periodicidade passou a ser bissemanal e o volume de texto publicado cresceu bastante, chegando a um total de 20 páginas por semana³⁴.

O terramoto de Lisboa verificou-se num momento de refluxo, em que a *Gazeta* voltou a ser um folheto semanal de 8 páginas. Diante da sua dimensão inaudita, pode chegar-se à conclusão de que a notícia sobre o terramoto é demasiado forte para a *Gazeta*. Na sua forma clássica de produzir informação, ela estava tão impreparada para o acontecimento como os habitantes de Lisboa. Diferentemente de outras notícias que corriam na época, a sua veracidade era indesmentível. Mas não podia falar-se de tamanha catástrofe em tão pouco espaço e em tão pouco tempo. A periodicidade da *Gazeta* adequava-se bem a uma informação reiterada ao longo das semanas, mas tornava-se um constrangimento ao acompanhamento da actualidade em bruto. E o terramoto foi o exemplo extremo do acontecimento actual e subversivo. A imagem que dá melhor ideia da impreparação do periódico é a convivência no número de 6 de Novembro de 1755, das cinco linhas sobre o sismo que comecei por citar com uma extensa notícia de quase quarenta linhas sobre a morte do teólogo Fr. Joaquim de S. José. Esta era a notícia que tinha sido preparada com tempo pelo redactor, ocorrida duas semanas antes, a 23 de Outubro. Para falar do terramoto era preciso muito mais tempo, eram precisos outros relatos. No fundo, trata-se de um acontecimento monstro para a *Gazeta* — completamente diferente desse «acontecimento-monstro» contemporâneo tal como foi conceptualizado por Pierre Nora, em que os acontecimentos estão em toda a parte e não podem ser dissociados dos meios de informação que os criam³⁵. Um acontecimento transbordante, impossível de conter na publicação periódica e que ela terá procurado esfriar

³⁴ Sobre este movimento, a que chamei de «vulgarização da *Gazeta*», v. André Belo, *ob. cit.*, pp. 52-66.

³⁵ Pierre Nora, «O regresso do acontecimento», in *Fazer História, I, Novos Problemas*, Bertrand Editora, 2.ª ed., 1987 [1974], pp. 243-262.

e reprimir. Como vimos, uma leitura mais atenta verifica que essa repressão está longe de ser completa e que o terramoto reaparece no periódico de forma quase semanal ao longo de meses. Os seus ecos chegam por outras vias, à maneira do psicanalítico regresso do recalcado. O lado mais actual da *Gazeta* vai ficando implícito. Mas como ignorá-lo quando, na mesma edição de 6 de Novembro, ela anuncia estarem à venda, na própria loja em que era vendida, dois folhetos, um para os fiéis se protegerem contra a morte súbita e outro contra terramotos e tempestades?